



Portugal – Declaração final sobre a terceira visita de monitorização pós-programa

Lisboa, 4 de fevereiro de 2016

A declaração final descreve as conclusões preliminares do corpo técnico do FMI ao término de uma visita oficial (ou ‘missão’), na maioria dos casos a um país membro. As missões são realizadas como parte de consultas regulares (em geral anuais) ao abrigo do [Artigo IV](#) do Convénio Constitutivo do FMI, no contexto de uma solicitação de uso dos recursos (empréstimo) do FMI, como parte das discussões de programas monitorizados pelo corpo técnico ou de outra forma de acompanhamento da evolução económica pelo corpo técnico.

As autoridades consentiram com a publicação desta declaração. As opiniões expressas nesta declaração são as do corpo técnico do FMI e não representam necessariamente as opiniões do Conselho de Administração da instituição. Com base nas conclusões preliminares desta missão, o corpo técnico elaborará um relatório que, após aprovado pela Direção, será submetido à apreciação e decisão do Conselho de Administração do FMI

Uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) esteve em Lisboa entre os dias 27 de janeiro e 3 de fevereiro de 2016 para realizar a terceira visita de monitorização pós-programa, como parte da atividade normal de supervisão de países membros com montantes em dívida com o FMI superiores a 200% da quota. A missão do FMI foi coordenada com a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu. Ao final da visita, a missão fez a seguinte declaração:

A recuperação económica de Portugal está em curso há três anos e a taxa de desemprego situa-se agora próxima dos níveis anteriores à crise. O país reconquistou a confiança dos investidores estrangeiros e está a conseguir obter empréstimos nos mercados internacionais em condições muito favoráveis e maturidades mais longas. De futuro, porém, as perspetivas de crescimento continuarão condicionadas pelos elevados níveis de endividamento e os estrangulamentos estruturais. A dívida pública elevada deixa pouca margem para a flexibilização da orientação da política orçamental. Também são precisas novas reformas para aumentar o potencial de crescimento da economia, atenuar os riscos de deterioração e aliviar o peso da dívida do setor privado. Ademais, os balanços dos bancos têm de ser fortalecidos para evitar novas surpresas negativas.

1. No terceiro ano de recuperação económica, a taxa de crescimento de Portugal ficou estabilizada em cerca de 1,5%, um nível alinhado com a média da área do euro. A bem-sucedida estabilização da economia portuguesa no âmbito do Programa de Assistência Económica abriu caminho para a recuperação em curso, uma mudança importante das suas fontes de crescimento, com mais ênfase nos setores voltados à exportação, e uma forte

redução do desemprego. Dado que a economia ainda enfrenta níveis de dívida elevados e restrições estruturais, o corpo técnico de FMI prevê que o crescimento diminuirá gradualmente à medida que se dissipe o impacto das condições externas favoráveis. Os riscos continuam a ser significativos, com destaque para a subida dos prémios de risco soberano, a elevada incerteza em relação ao crescimento mundial e os desdobramentos recentes no setor financeiro.

2. Portugal precisa consolidar o progresso alcançado na estabilização do nível da dívida pública nos últimos anos com o seu bem-sucedido ajustamento orçamental. Em termos prospetivos, a continuação destes esforços ajudará a manter a credibilidade conquistada a muito custo e a confiança do mercado. Neste contexto, saúda-se o compromisso das autoridades com a consolidação orçamental de médio prazo.

3. O projeto de plano orçamental para 2016 pressupõe uma flexibilização da política orçamental. Estima-se que o saldo primário estrutural se tenha agravado em 0,5% do PIB em 2015 e que venha a descer mais 0,8% em 2016. As autoridades pretendem alcançar um défice orçamental global de 2,6% do PIB, acima dos 1,8% projetados no Programa de Estabilidade de 2015. A avaliação do corpo técnico do FMI aponta para um défice global mais elevado, de 3,2% do PIB, que reflete as suas projeções macroeconómicas e de receita. Para além de objetivos orçamentais suficientemente ambiciosos, as autoridades deveriam considerar a possibilidade de manter amortecedores adequados para fazer face aos riscos orçamentais. Estes incluem os custos orçamentais adicionais de propostas como a semana de trabalho de 35 horas para a função pública e a reavaliação de recentes contratos de privatização e concessão, bem como quaisquer passivos contingentes gerados pelo setor financeiro.

4. Os balanços do sistema bancário têm de ser fortalecidos para evitar novas surpresas negativas e proteger os contribuintes. Os acontecimentos recentes sublinham a necessidade de se continuar a consolidar os esforços passados para melhorar a rentabilidade da banca, a qualidade dos ativos e a governação. Os bancos devem buscar com mais urgência restabelecer sua rentabilidade, intensificando os esforços para reduzir os custos operacionais, vendendo operações não essenciais e não lucrativas e melhorando a qualidade dos ativos. Neste contexto, os bancos devem também acelerar a redução da exposição a créditos mal parados com a ajuda de planos de capital mais ambiciosos. Os esforços para fortalecer a governação interna da banca devem prosseguir, para permitir que os problemas sejam identificados e resolvidos o quanto antes.

5. É preciso uma abordagem mais ambiciosa de resolução da dívida empresarial. Uma parcela substancial dos ativos do sistema bancário continua vinculada a atividades de baixa produtividade, o que limita o potencial de crescimento da economia. Ao mesmo tempo, o pouco incentivo à desalavancagem dos bancos e dos seus clientes tem atrasado o ritmo de redução da dívida empresarial. Uma redução mais rápida do endividamento ajudaria a liberar o crédito para novas e mais produtivas empresas.

6. A intenção das autoridades de eliminar os entraves estruturais ao crescimento é bem-vinda. Numa união monetária, reformas dos mercados de trabalho e de produtos são essenciais para aumentar a flexibilidade e a competitividade e ao mesmo tempo se proteger

dos riscos. Nos últimos anos, o avanço nesta área foi considerável. Um esmorecimento do ímpeto das reformas daqui em diante poderá diminuir as perspectivas de crescimento, emprego e rendimento de médio prazo. As reformas do mercado de trabalho são essenciais para incentivar a criação de empregos. Porém, mudanças nas políticas que tornaram a contratação e a negociação coletiva mais flexíveis poderiam ter prejudicado as perspectivas dos desempregados. Os esforços para fortalecer a rede de segurança social são positivos, mas o aumento recente do salário mínimo pode vir a diminuir as possibilidades de que trabalhadores pouco qualificados encontrem emprego.

A missão gostaria de expressar os seus agradecimentos às autoridades portuguesas e aos nossos homólogos na Comissão Europeia e no Banco Central Europeu pelo diálogo franco e construtivo.

Portugal: Principais Indicadores Económicos
(Taxa de variação homóloga, salvo indicação em contrário)

	2014	Estimativa	Projeções	
		2015	2016	2017
PIB real	0,9	1,5	1,4	1,3
Consumo privado	2,2	2,7	1,5	1,3
Consumo público	-0,5	0,4	0,0	0,5
Formação bruta de capital fixo	2,8	4,6	3,0	2,5
Exportações	3,9	5,0	3,9	4,8
Importações	7,2	5,9	3,8	5,0
Contributos para o crescimento (pontos percentuais)				
Procura interna total	2,1	2,2	1,5	1,4
Saldo externo	-1,3	-0,4	0,0	-0,2
Uso dos recursos				
Emprego	1,6	1,2	1,0	0,5
Taxa de desemprego (percentagem)	13,9	12,3	11,5	11,0
Preços				
Deflator do PIB	1,0	1,8	1,5	1,4
Preços no consumidor (índice harmonizado)	-0,2	0,5	0,7	1,2
Moeda e crédito (fim de período, variação percentual)				
Crédito ao setor privado	-5,5	-3,0	0,3	0,6
Moeda em sentido lato	-0,8	3,8	3,4	2,1
Indicadores orçamentais (percentagem do PIB)				
Saldo das administrações públicas 1/	-7,2	-4,4	-3,2	-2,8
Saldo primário da administração central	-2,3	0,3	1,4	1,6
Saldo primário estrutural (percentagem do PIB potencial)	3,5	3,0	2,2	2,1
Dívida pública	130,2	129,0	128,2	126,0
Balança corrente (percentagem do PIB)	0,6	1,0	2,1	1,6
PIB nominal (mil milhões de euros)	173,4	179,1	184,4	189,4

Fontes: Banco de Portugal, Ministério das Finanças, INE, Eurostat e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Em 2014, o saldo das administrações públicas inclui medidas pontuais de operações de apoio ao SEE e ao setor bancário, crédito do IRC e custos iniciais de acordos mútuos, num total de 3,7% do PIB. Em 2015, o saldo das administrações públicas inclui o custo orçamental do Banif (1,2% do PIB).